**Ofício MPC nº XX/2021**

Goiânia (GO), 17 de junho de 2021.

Ao Excelentíssimo Senhor

**Ronaldo Ramos Caiado**

Governador do Estado de Goiás

Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira - St. Central, Goiânia – GO

CEP: 74083-010

C/C

Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Presidente da Saneamento de Goiás S/A – SANEAGO

Presidente da Companhia Energética de Goiás Geração e Transmissão S.A. (CELG GT)

Chefe da Defesa Civil do Estado de Goiás

Senhor Governador,

Cumprimentando-o, o Ministério Público de Contas do Estado de Goiás, no uso de suas atribuições de guarda da ordem jurídica e fiscal de sua execução, vem por meio deste solicitar informações, com o intuito de verificar, junto aos órgãos e entidades da estrutura governamental, no âmbito de suas competências, a adoção das medidas necessárias, suficientes e adequadas, visando o enfrentamento de crise hídrica que enfrenta o país, com possíveis repercussões no abastecimento de água e no fornecimento de energia elétrica, entre outras possíveis consequências.

Em 27 de maio do corrente, o Sistema Nacional de Meteorologia (SNM), coordenado pelo Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM), com a participação dos órgãos federais ligados à meteorologia, da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (CEMADEN), emitiu um Alerta de Emergência Hídrica associado à escassez de precipitação para a região hidrográfica da Bacia do Paraná que abrange os estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Paraná para o período de Junho a Setembro de 2021[[1]](#footnote-1).

Consoante o referido Alerta, estudos realizados pelo SNM de acompanhamento meteorológico para o Setor Elétrico Brasileiro alertam que as perspectivas climáticas para 2021/2022 indicam que a maior parte da região central do país, a partir de maio até final de setembro, entra em seu período com menor volume de chuvas (estação seca). Essa previsão, de acordo com o Alerta, é consistente com a de outros centros internacionais de previsão climática.

Sobre o assunto, destaca-se matéria jornalística publicada no jornal Folha de São Paulo[[2]](#footnote-2), de onde se colhe o seguinte trecho:

Comitê responsável pelo monitoramento do setor elétrico, o CMSE se reuniu nesta quinta-feira (27), em caráter extraordinário, para avaliar a situação do sistema energético e concluiu que a situação é delicada.

Segundo dados do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), que faz a gestão do sistema responsável por abastecer o país, o volume de chuva se manteve abaixo do normal em maio, e o país entra no período seco em situação delicada no que se refere a oferta de água nos reservatórios das usinas hidrelétricas. A seca projetada para o período de setembro a maio é a pior em 91 anos.

Cita-se, ainda, informação publicada no site G1[[3]](#footnote-3), que assim afirma:

Os reservatórios de hidrelétricas do Sudeste e do Centro-Oeste chegaram ao final de maio com o armazenamento médio mais baixo para o mês desde 2001, ano em que o país enfrentou um racionamento de energia, apontam dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

O armazenamento médio nas duas regiões ao final de maio de 2021 era de 32,10%. Em 2001, na mesma época, era de 29,87%.

O governo nega risco de um novo racionamento. Entretanto, admite a gravidade da situação, já emitiu alerta de risco hídrico e anunciou medidas para evitar escassez de energia.

A queda no nível dos reservatórios já provoca o encarecimento das tarifas de energia no país. E, no governo, há preocupação de que a crise no setor elétrico possa prejudicar a recuperação da economia brasileira e pressionar a inflação.

De acordo com especialistas, a crise atual pode ser mais grave que a registrada em 2015, quando também houve temores de um racionamento.

(...)

É de entendimento comum que, diante de tal cenário, a adoção tempestiva das medidas cabíveis é fundamental para que a situação não se agrave ao ponto impingir à população eventual restrição no fornecimento de água e energia elétrica, bem como para que impactos nos setores produtivos, mormente o agrícola e pecuário, sejam mitigados.

Diante do exposto, é imperiosa a averiguação, junto às distintas estruturas governamentais envolvidas no enfrentamento da situação, do quadro vigente, bem como da existência de planejamento sistêmico e integrado para adoção de medidas emergenciais e/ou preventivas.

Nesta senda, o Ministério Público de Contas de Goiás solicita as seguintes informações:

1. Levantamento com informações detalhadas acerca dos atuais níveis de reservatórios de água para abastecimento da população, bem como eventual estudo de cenário futuro de curto e médio prazo;
2. Levantamento sobre o nível de barragens destinadas à geração de energia de matriz hidrelétrica, bem como eventual estudo de cenário futuro de curto e médio prazo;
3. Levantamento acerca dos Municípios do Estado de Goiás que já tenham declarado situação de emergência ou de calamidade pública em virtude de estiagem, com relatório acerca da adoção de eventuais medidas mitigatórias;
4. Informações acerca das medidas já adotadas pelo Estado para o enfrentamento da crise hídrica e seu eventual agravamento, com atuação integrada entre os órgãos da estrutura governamental, no âmbito de suas competências, considerando, inclusive, as medidas previstas no Decreto nº 9.872/2021;
5. Outras informações que julgar relevantes.

Oportunamente, informo que o prazo para envio das informações é de 20 (vinte) dias, nos termos da Lei Federal nº. 12.527/2011.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Cordialmente,

**Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Goiás**

1. Disponível em: <http://www.inpe.br/noticias/arquivos/pdf/NOTA_Emergencia_Hidrica_v05.pdf>. Acesso: 14 Jun. 2021. [↑](#footnote-ref-1)
2. Disponível em: <https://folha.com/c08mtl1d>. Acesso em 14 Jun. 2021 [↑](#footnote-ref-2)
3. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/06/02/nivel-dos-reservatorios-de-sudeste-e-centro-oeste-em-maio-e-o-mais-baixo-para-o-mes-desde-2001.ghtml> Acesso em 14.06.21. [↑](#footnote-ref-3)